



BOA PROVA

- 1) Ao juiz incumbirá prover à regularidade do processo e manter a ordem no curso dos respectivos atos, podendo, para tal fim:
 - a) Requisitar a força policial.
 - b) Requisitar a força política.
 - c) Requisitar a força pública.
 - d) Requisitar a força militar.
 - e) Nenhuma das anteriores.

- 2) O mandado de citação indicará:
 - I- O nome do Juiz;
 - II- O nome do querelante nas ações iniciadas por queixa;
 - III- O nome do réu, ou se for conhecido, os seus sinais característicos;
 - IV- A subscrição do juiz e a rubrica do escrivão

Está correto apenas:

- a) I, II
- b) I, II, IV
- c) II, III, IV
- d) I, III
- e) I, III, IV

- 3) A precatória indicará:
 - I- O juiz deprecado e o juiz deprecante;
 - II- A sede da jurisdição de um e de outro;
 - III- O fim para que é feita a citação, com todas as especificações;

Está incorreto apenas:

- A) I
- B) II
- C) III
- D) Todas Estão corretas
- E) Todas Estão incorretas

4) O procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo, Considere:

- I- Ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade;
- II- Sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade;
- III- Sumaríssimo, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

Está correto o que se afirma somente em:

- a) I, II
- b) I, III
- c) II, III
- d) Todas estão corretas
- e) Todas estão incorretas.

5) O juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar:

- I- A existência manifesta de causa excludente da licitude do fato;
- II- A existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo putabilidade;
- III- Que o fato narrado evidentemente não constitui crime;

IV- Extinta a punibilidade do agente;

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II, III
- b) II, III, IV
- c) I, III, IV
- d) II, III
- e) III, IV

6) O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando:

- I- – provada a inexistência do fato;
- II- – provado não ser ele autor ou partícipe do fato;
- III- – o fato constituir infração penal;
- IV- – demonstrada causa de isenção de pena ou de adição do crime

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II, III, IV
- b) I, II
- c) II, III, IV
- d) I, II, III
- e) II, III

7) A respeito do desaforamento responda:

- a) O pedido de desaforamento será distribuído imediatamente e terá preferência de julgamento na Câmara ou Turma competente.
- b) Sendo irrelevantes os motivos alegados, o relator poderá determinar, fundamentadamente, a suspensão do julgamento pelo júri.
- c) Não será ouvido o juiz presidente, quando a medida não tiver sido por ele solicitada.
- d) Na pendência de recurso contra a decisão de pronúncia ou quando não efetivado o julgamento, não se admitirá o pedido de desaforamento, salvo, nesta última hipótese, quanto a fato ocorrido durante ou após a realização de julgamento anulado.
- e) Todas estão corretas.

8) Estão isentos do serviço do júri:

- I- O Presidente da República e os Ministros de Estado;
- II- Os Governadores e seus respectivos Secretários;
- III- Os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais.
- IV- As autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;
- V- os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;

Estão incorretas apenas:

- a) I, II, III
- b) II, III, IV, V
- c) V
- d) Todas estão incorretas
- e) Todas estão corretas

9) O que é concussão?

- a) Exigir vantagem indevida para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes, de assumi-la, mas em razão dela.
- b) Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei
- c) Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente.
- d) Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.
- e) Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.

10) Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame de interesse público, conteúdo sigiloso de....., ocorre pena de reclusão de 1 a 4 anos e multa.

Complete a afirmação somente com a(as) corretas:

- I- Concurso Público
- II- Avaliação ou exame público
- III- Processo seletivo para ingresso no ensino superior
- IV- Exame ou processo seletivo não previsto em lei

- a) I, II, IV
- b) II, III, IV
- c) I, II, III
- d) Todas estão corretas
- e) Todas estão incorretas

11) O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

I - tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;

II - se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia;

III - se ele, seu cônjuge, ou parente, consangüíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;

IV - se tiver aconselhado qualquer das partes;

V - ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consangüíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

- a) I, II e V;
- b) I, II, III e V;
- c) II, III e IV
- d) II, IV e V
- e) I e V

12) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.

A denúncia ou queixa será rejeitada quando:

I - for manifestamente inepta;

II - faltar pressuposto processual e condição para o exercício da ação penal;

III - faltar justa causa para o exercício da ação penal

- a) I, II e III;
- b) I, e II;
- c) II, e III;
- d) I e III;
- e) I.

13) O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando:

I – provada a inexistência do fato;

II – provado não ser ele autor ou partícipe do fato;

III – o fato não constituir infração penal;

IV – demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime.

- a) I, II III e IV;
- b) I, II, III ;
- c) II, III e IV

- d) II, III e V
- e) I e IV

14) A intimação da decisão de pronúncia será feita:

I – pessoalmente ao acusado, ao defensor nomeado e ao Ministério Público;

II – ao defensor constituído, ao querelante e ao assistente do Ministério Público,

III - Será intimado por edital o acusado solto que não for encontrado.

- a) I, II e III;
- b) I, e II;
- c) II, e III;
- d) I e III;
- e) I.

Essas Questões foram elaboradas por Marcos Gomes Lino e Eric Nunes é extremamente vedado a venda ou reprodução sem autorização prévia.
Art. 184 Código Penal - Violar direitos de autor e os que lhe são conexos:
Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.